MARÇO | 2025 | ED. 07

FGV IBRE
CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

BOLETIM MACRO REGIONAL

NORDESTE

A Atividade Econômica do Nordeste cresceu acima da média do Brasil

A região Nordeste cresceu 4,0% em 2024.

Índice

Atividade Econômica 4

Atividade Setorial – Indústria 6

Atividade Setorial – Serviços e Comércio 8

Mercado de Trabalho 12

Inflação 17

Comércio Exterior 19

Finanças Públicas 21

Consolidação do MATOPIBA na Produção de Soja e o Potencial de Expansão da Fronteira Agrícola no Nordeste 24

Editorial

O Boletim Macro Regional desta edição consolida um conjunto de informações de 2024, indicando um ano positivo para a região Nordeste. Foi registrado um crescimento significativo de 4,0% no acumulado do ano, sendo um pouco acima da média do Brasil de 3,8%, conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Reforçando essa dinâmica, em dezembro de 2024, na comparação interanual, o crescimento foi de 4,9% e, em relação ao mês anterior, o avanço foi de 0,6%, enquanto a média do Brasil apresentou, respectivamente, crescimento de 2,4% e retração de 0,7%.

Olhando para os dados setoriais, a atividade industrial geral na região Nordeste apresentou crescimento de 2,5% na comparação com 2023, porém inferior à média nacional de 3,1%. Isso se deve, principalmente, à queda da sua indústria extrativa (-8,4%) no período. Vale destacar que os estados do Rio Grande do Norte e Ceará estão ranqueados como o segundo e terceiro maiores crescimentos do Brasil em 2024.

No volume de serviços, para o acumulado do ano, Sergipe se destacou na região, com forte crescimento de 7,1%. Por outro lado, Ceará (+0,9%) e Bahia (+1,1%) tiveram os desempenhos mais modestos na região. A média nacional foi de expansão de 3,1%.

No desempenho do comércio varejista e comércio ampliado, no agregado de 2024, os resultados se mostraram bastante positivos e, em ambos os casos, todos os estados nordestinos apresentaram crescimento acima da média do Brasil. O destaque no primeiro caso foi a Paraíba (com o segundo maior avanço nacional) e o Ceará; e. no segundo, também a Paraíba, e Pernambuco.

A parte de mercado de trabalho também reforça as boas informações de 2024 para a região, com a taxa de desocupação em 2024.T4 estimada em 8,6%. Na comparação com o 2023.T4, em que foi de 10,4%, se observou um recuo de 1,8 p.p.. Pernambuco e Bahia apresentaram as maiores taxas de desocupação, com 10,2% e 9,9%, respectivamente. Por sua vez, a menor taxa de desocupação no Nordeste em 2024.T4 foi a do Ceará, calculada em 6,5%.

Já a taxa de participação, apesar de ainda distante dos valores estimados entre 2014 e 2015 para a região Nordeste, quando era de quase 58%, aumentou 1 p.p. entre 2023.T4 e 2024.T4, de 54,2% para 55,2%.

Em termos ainda de ocupação, segundo os dados do CAGED, o saldo de empregos formais da região Nordeste em 2024 foi positivo, com mais de 330 mil vagas geradas, como já mostrou o último Boletim Macro Regional de fevereiro. No entanto, janeiro/25 apresentou redução de 2.671 postos de trabalho. Esse movimento de queda já tinha ocorrido em dezembro/24, ressaltando a importância de monitorar esses resultados nos próximos meses para verificar se de fato vai se confirmar a tendência de arrefecimento do mercado de trabalho em 2025, com taxas de desocupação mais elevadas do que as observadas no ano passado.

Cabe, porém, destacar que, a despeito dos indicadores econômicos positivos para o Brasil e principalmente a região Nordeste em 2024, o último trimestre do ano passado para o Brasil já mostrou um cenário de desaceleração mais acentuada no ritmo de crescimento. O consumo das famílias no País foi mais negativo que se previa (-1%), e com reflexos no mercado de trabalho. Isso deverá ser mais presente em 2025, com os efeitos da política monetária sentidos mais fortemente, o que certamente se refletirá também nos indicadores econômicos da região Nordeste.

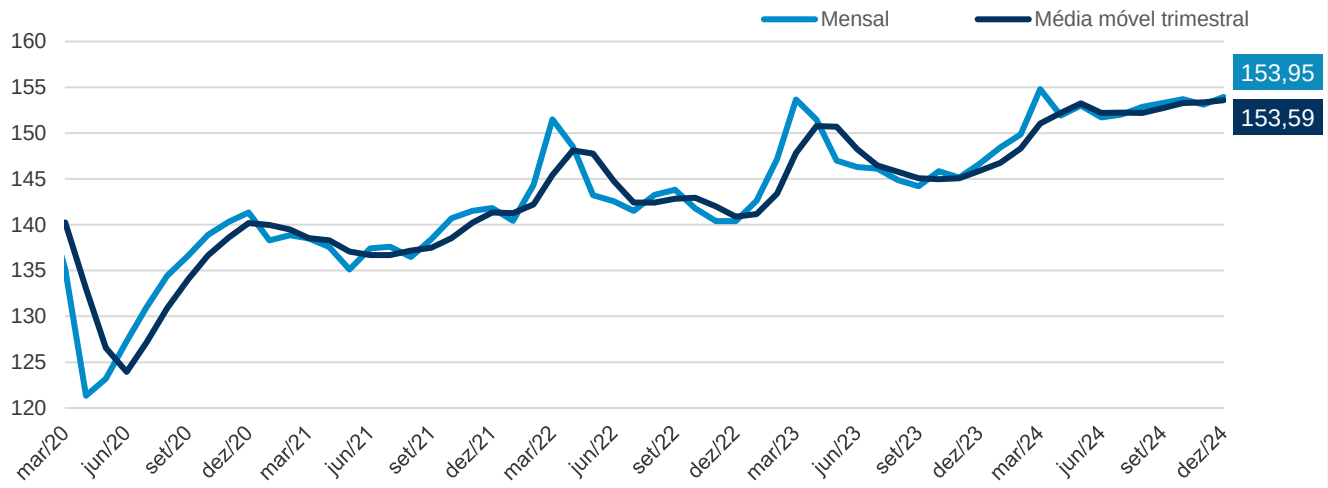
Por fim, o “Nordeste em Foco” traz uma discussão, com evidências, sobre a expansão significativa da sojicultura no Nordeste e no Norte do país, principalmente na região do Matopiba, localizada nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins, que vem se destacando cada vez mais como uma nova fronteira agrícola. A seção trata de questões relacionadas aos desafios dessa expansão agrícola, como a instabilidade climática mais acentuada na região, passando também por questões ambientais. Finaliza apresentando as previsões para o crescimento da produção de soja nessa região, com potencial significativo de dinamizar essas economias locais, com impactos no desenvolvimento regional.

Atividade Econômica

A atividade econômica da Região Nordeste cresceu 4,0% em 2024, acima da média do Brasil de 3,8%

A atividade econômica do Brasil apresentou retração de 0,7% em dezembro/2024, conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) com ajuste sazonal. No acumulado do trimestre, o país ficou estagnado (0,0%), indicando um arrefecimento no ritmo de crescimento observado nos meses anteriores. O Nordeste, por outro lado, seguiu na contramão da média nacional, registrando alta de 0,6% no mês e consolidando o mesmo avanço no trimestre. O resultado positivo foi impulsionado por desempenhos expressivos na Bahia (+0,9%) e em Pernambuco (+0,7%), que compensaram a queda acentuada do Ceará (-1,8%). Além do Nordeste, o Centro-Oeste (+1,5%), Norte (+1,1%) e Sudeste (+0,1%) também apresentaram resultados positivos. Já o Sul (-0,2%) registrou queda.

Gráfico 1: Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Região Nordeste
(Com ajuste sazonal)



Fonte: Banco Central (BC). Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Tabela 1: Variações percentuais do IBC-R com ajuste sazonal – dezembro/2024

UF	Mês (1)	Trimestre (2)
BA	▲0,9	▲0,6
CE	▼1,8	▼0,7
PE	▲0,7	▼0,6
NE	**▲0,6**	**▲0,6**
BR	**▼0,7**	**0,0**

Fonte: Banco Central. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Notas: (1) variação do mês em relação ao mês imediatamente anterior. (2) variação no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

O Nordeste manteve um ritmo de crescimento expressivo no encerramento de 2024, registrando alta de 4,9% em dezembro na comparação interanual. No acumulado do trimestre, o Nordeste avançou

5,3%, superando a média nacional de 4,4%. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4,0%, levemente acima da média do Brasil (+3,8%), mas ainda atrás das Regiões Norte (+4,8%) e Sul (+4,2%). As regiões Centro-Oeste e Sudeste tiveram crescimentos de 2,9% e 3,2%, respectivamente.

Entre os estados nordestinos, Pernambuco foi o grande destaque, registrando avanço de 5,1% tanto em dezembro quanto no último trimestre, além de crescimento sólido de 4,7% no ano. O Ceará também manteve um desempenho positivo, com alta de 1,6% em dezembro, 4,4% no trimestre e 5,5% no acumulado do ano, consolidando-se como o estado com melhor desempenho econômico em 2024 na região. Para a economia cearense, o avanço da indústria e a boa dinâmica do setor de serviços foram os responsáveis pelo resultado. A Bahia apresentou também bons números referente à atividade econômica, com avanço de 3,3% no trimestre e 3,1% no acumulado de 2024.

O desempenho do Nordeste em 2024 confirma a capacidade da economia regional de manter um crescimento consistente, mesmo diante das diferenças entre os estados e dos desafios enfrentados por alguns setores, como a indústria. No entanto, o cenário para 2025 se mostra mais desafiador, com a possibilidade de desaceleração da economia nacional, reflexo do aperto monetário adotado para conter a inflação. Diante desse contexto, será fundamental adotar estratégias que fortaleçam a atividade econômica regional e mitiguem os impactos de um crescimento mais lento no país.

Tabela 2: Variações percentuais do IBC-R – dezembro/2024

UF	Mês (1)	Trimestre (2)	Ano (3)
BA	▲4,0	▲3,3	▲3,1
CE	▲1,6	▲4,4	▲5,5
PE	▲5,1	▲5,1	▲4,7
NE	**▲4,9**	**▲5,3**	**▲4,0**
BR	**▲2,4**	**▲4,4**	**▲3,8**

Fonte: Banco Central. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Notas: (1) variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. (2) variação no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. (3) variação no ano até o mês-base.

Atividade Setorial – Indústria

A indústria do Nordeste cresce 2,5% em 2024, abaixo da média nacional

A produção industrial brasileira em dezembro/2024 manteve a tendência de recuo já observada em novembro, registrando queda de 0,3%, confirmando a trajetória negativa dos últimos meses do ano. No Nordeste, porém, o cenário foi diferente, com a indústria da região saindo da estabilidade e avançando 1,4% no mês. Na comparação com dezembro/2023, a produção industrial nordestina cresceu expressivos 4,8%, superando a média nacional, que avançou 1,6%. Esse desempenho positivo foi impulsionado principalmente pela indústria de transformação nordestina, que registrou alta de 5,0% na comparação interanual, acima dos 3,5% observados para o Brasil. Já a indústria extrativa da região saiu do campo negativo, mas permaneceu próxima da estabilidade, com leve crescimento de 0,3% em dezembro/2024, enquanto no cenário nacional esse setor seguiu em queda, recuando 7,0%.

Tabela 1: Desempenho da Indústria Geral – dezembro/2024

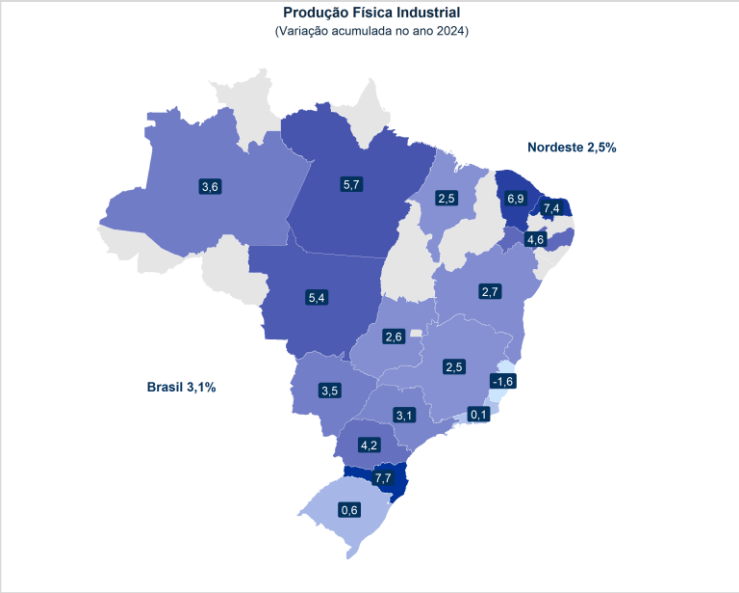
UF	Var. Mensal (1)	Var. Mesmo mês (2)	Var. acum. ano
BA	▲2,8	▲4,2	▲2,7
CE	▼6,8	▼8,2	▲6,9
MA	-	▼3,9	▲2,5
PE	▲3,9	▲10,1	▲4,6
RN	-	▼21,1	▲7,4
NE	**▲1,4**	**▲4,8**	**▲2,5**
BR	**▼0,3**	**▲1,6**	**▲3,1**

Fonte: PIM-PF-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O desempenho da produção física dos estados nordestinos em dezembro mostrou que Pernambuco continuou como destaque, registrando alta de 3,9% na variação mensal e um expressivo crescimento de 10,1% na comparação interanual. O crescimento da indústria pernambucana foi impulsionado pela fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+48,9%), metalurgia (+35,6%), além de fabricação de veículos (+32,4%) e bons níveis de crescimento na fabricação de alimentos (+12,2%) e bebidas (+15,2%). A Bahia, que havia apresentado queda em novembro, se recuperou, indo para o campo positivo tanto na variação mensal como em relação ao mesmo mês do ano anterior. Esse crescimento vem dos números positivos da indústria de transformação.

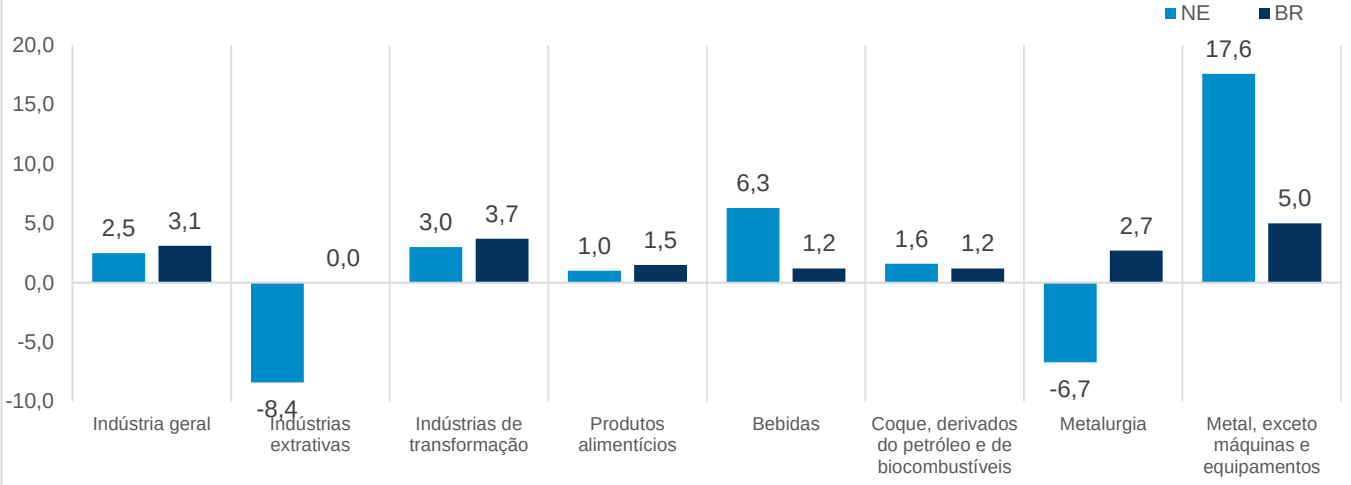
Já o Ceará registra a segunda retração seguida na passagem mensal, dessa vez com queda expressiva de 6,8% e, na comparação interanual, recuo de 8,2%, Este último número foi muito influenciado pela queda na fabricação de máquinas (-40,0%) e na produção de calçados (-19,0%). O

Maranhão e Rio Grande do Norte também mostraram resultados negativos, com quedas de 3,9% e 21,1% na comparação interanual, respectivamente. A queda da produção física potiguar pode ser explicada pelo recuo de 25,1% na produção de petróleo e biocombustíveis.



Apesar de a indústria no Nordeste ter crescido abaixo da média nacional de 3,1% no acumulado de 2024, muito influenciada pela queda da indústria extrativa (-8,4%), os estados do Rio Grande do Norte e Ceará estão ranqueados como o segundo e terceiro maiores crescimentos do Brasil. Além disso, Pernambuco, Bahia e Maranhão também mostraram bons desempenhos em 2024.

Gráfico 1: Produção Física Industrial por atividade - Nordeste
Var. Acumulada no Ano (%)



Fonte: PIM-PF - IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Nota: Atividades selecionadas.

Em relação à confiança dos empresários industriais no Nordeste, medida pela CNI, o índice de condições atuais ficou em 41,2 pontos em janeiro/2025, indicando falta de confiança no curto prazo. Esse valor sugere que os empresários estão com expectativas negativas sobre o desempenho atual da indústria. Já o índice de expectativas, embora tenha apresentado queda, ainda se mantém no campo positivo, indicando que os empresários acreditam numa melhora ao longo do ano, mesmo com o aperto do ciclo de juros.

Atividade Setorial – Serviços e Comércio

Os Serviços e o Comércio crescem em todos os estados nordestinos em 2024.

O volume de serviços em dezembro/2024 manteve a tendência de retração observada em novembro, com queda na maioria dos estados nordestinos em relação ao mês anterior. O Brasil também registrou a segunda redução consecutiva (-0,5%). No acumulado do ano, Sergipe se destacou na região, com forte crescimento de 7,1%. Por outro lado, Ceará (+0,9%) e Bahia (+1,1%) tiveram os desempenhos mais tímidos, ambos abaixo da média nacional de 3,1%.

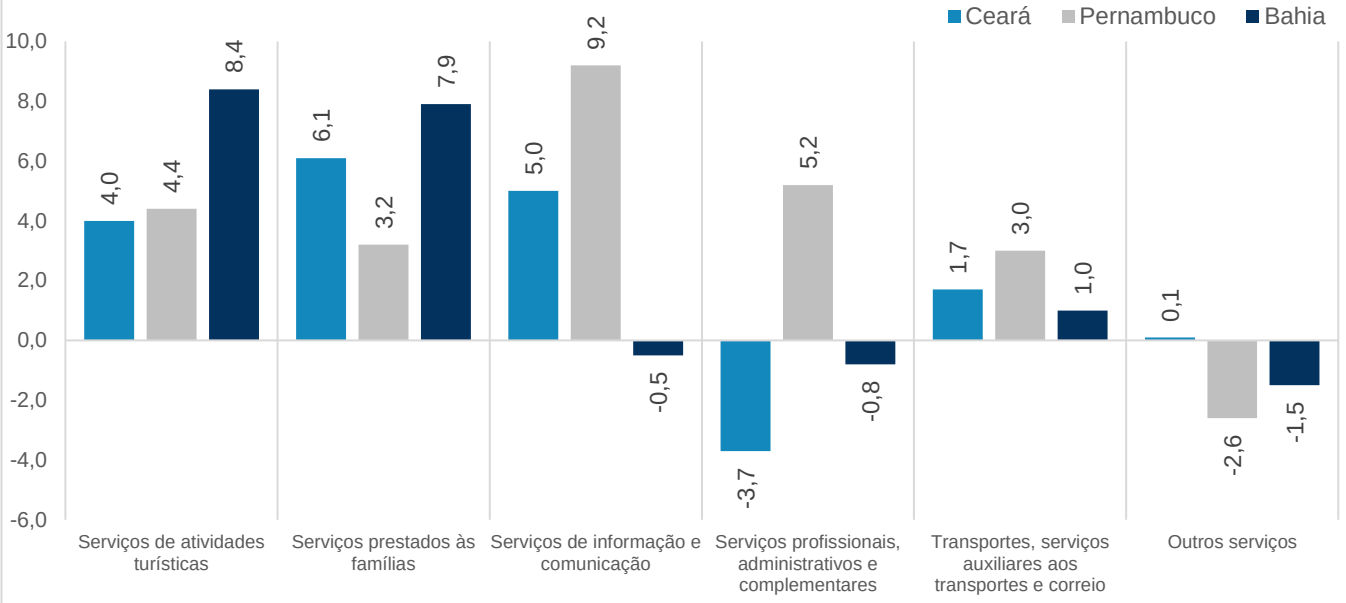
Tabela 1: Desempenho do Volume de Serviços – dezembro/2024

UF	Var. Mensal (1)	Var. Mesmo mês (2)	Var. acum. ano
AL	▼2,6	▲4,2	▲1,7
BA	▼2,6	▼2,0	▲1,1
CE	▼1,6	▼0,3	▲0,9
MA	▼0,7	▲4,8	▲2,7
PB	▼1,5	▲3,5	▲4,8
PE	▲2,5	▲7,9	▲4,4
PI	▼3,9	▼5,0	▲3,5
RN	▲2,0	▲11,1	▲4,7
SE	▲0,9	▲3,3	▲7,1
BR	**▼0,5**	**▲2,4**	**▲3,1**

Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em uma análise setorial em 2024, os Serviços de atividades turísticas e os Serviços prestados às famílias foram os destaques, registrando crescimentos robustos, impulsionados pela melhoria da renda e pelo aquecimento do mercado de trabalho, que aumentaram a demanda por lazer, turismo e serviços pessoais na região. Bahia liderou o crescimento nas atividades turísticas, com alta de 8,4%, assim como também nos Serviços prestados às famílias, com avanço de 7,9%, seguido do Ceará (+6,1%) e Pernambuco (+3,2%). Já o setor de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio também cresceu nos estados analisados, mas em ritmo mais moderado. Além disso, os Serviços de informação e comunicação tiveram desempenho expressivo, com Pernambuco registrando o maior crescimento (+9,2%), seguido do Ceará (+5,0%). Já os Serviços profissionais, administrativos e complementares apresentaram um cenário mais misto, com Pernambuco mais uma vez sendo o líder da região. Esse bom desempenho setorial disseminado de Pernambuco explica seu resultado agregado em 2024, alta de 4,4%, bem superior ao registrado na Bahia e no Ceará.

Gráfico 1: Índice de Volume de Serviços
Variação acumulada em 2024 (%)



Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

No comércio, como esperado, o varejo nordestino seguiu a mesma tendência de queda mensal observada no setor de serviços, mas, no agregado de 2024, os resultados também se mostraram bastante positivos. Todos os estados nordestinos tiveram crescimento no comércio acima da média do Brasil, com a Paraíba registrando o segundo maior crescimento nacional, com 11,4%, perdendo somente para o Amapá (+15,5%).

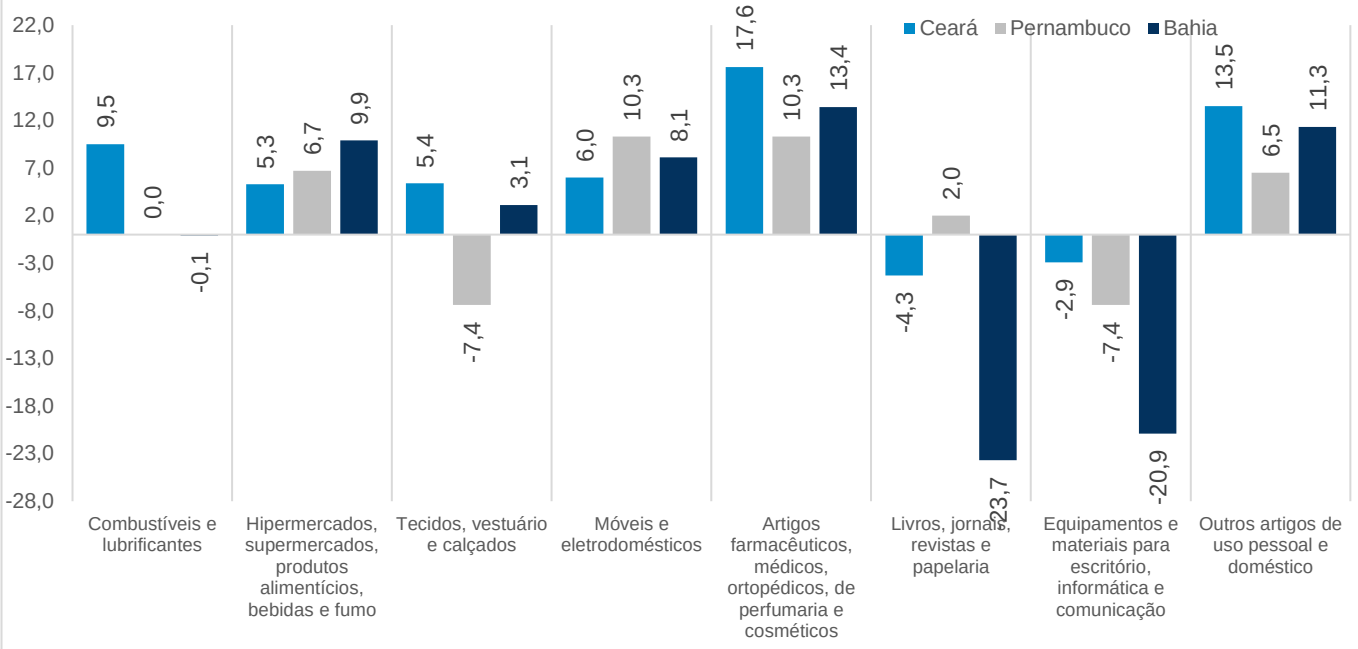
Tabela 2: Desempenho do Comércio Varejista — dezembro/2024

UF	Var. Mensal (1)	Var. Mesmo mês (2)	Var. acum. ano
AL	▼0,4	▲5,2	▲7,1
BA	▲1,1	▲4,3	▲7,4
CE	▼3,2	▲3,7	▲7,8
MA	▼3,8	▼3,3	▲5,7
PB	▼1,4	▲3,5	▲11,4
PE	▲1,4	▲6,3	▲5,4
PI	▼0,9	▲4,0	▲6,7
RN	▼0,3	▲0,6	▲5,4
SE	▲0,7	▲3,0	▲5,8
BR	**▼0,1**	**▲2,0**	**▲4,7**

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em relação ao volume de vendas nos segmentos, Artigos Farmacêuticos, médicos e cosméticos, Móveis e Eletrodomésticos, Hipermercados e supermercados, além de Outros Artigos de uso pessoal mostraram crescimento em todos os estados nordestinos analisados. Em relação às vendas nas farmácias e de Combustíveis e Lubrificantes, o Ceará foi o destaque positivo, com crescimento de 9,5% nas vendas. No campo negativo em 2024, ficam os Artigos de papelaria e Equipamentos e Material de Escritório.

Gráfico 2: Volume de Vendas no Comércio Varejista
Variação acumulada em 2024 (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

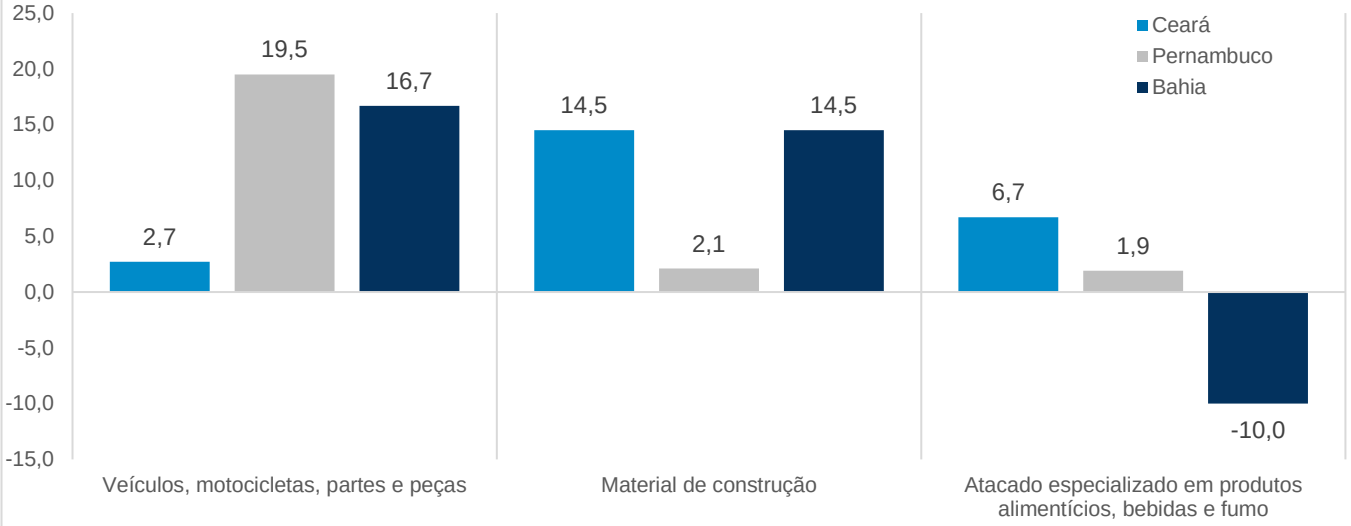
Tabela 2: Desempenho do Comércio Ampliado — dezembro/2024

UF	Var. Mensal (1)	Var. Mesmo mês (2)	Var. acum. ano
AL	▲0,6	▲6,5	▲6,9
BA	▲1,9	▲1,9	▲6,1
CE	▼4,2	▲2,5	▲7,4
MA	▲0,8	▲3,8	▲6,9
PB	▼0,3	▲7,2	▲11,0
PE	▲0,2	▲5,0	▲7,5
PI	▼0,5	▲7,1	▲7,4
RN	▼1,9	▲0,6	▲6,5
SE	▲1,7	▲3,3	▲6,5
BR	**▼1,1**	**▲1,4**	**▲4,1**

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

No comércio varejista ampliado, o acumulado de 2024 revela que a maioria dos estados nordestinos apresentou crescimento sólido, com destaque para a Paraíba (+11,0%) e Pernambuco (+7,5%). A média nacional (+4,1%) ficou abaixo do desempenho da região, indicando uma recuperação e expansão do setor no Nordeste. Setorialmente, Pernambuco e Bahia se destacaram com forte crescimento no comércio de Veículos, enquanto Bahia e Ceará apresentaram avanços significativos no comércio de Materiais de Construção.

Gráfico 3: Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado
Variação acumulada em 2024 (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

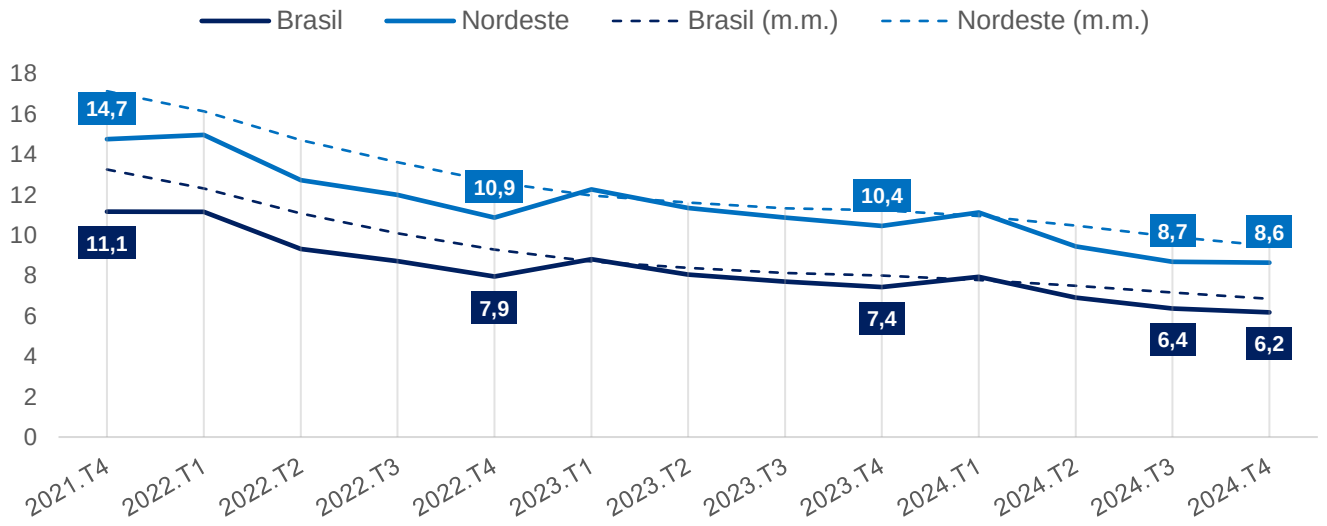
Mercado de Trabalho

Após um bom desempenho em 2024, movimento de redução na taxa de desocupação perde força.

No último dia 14 de fevereiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, PNAD Contínua, referentes ao 4º trimestre de 2024 (2024.T4). Tomando esse período como referência, a taxa de desocupação calculada para Brasil foi de 6,2%; o que não representou uma variação significativa em relação ao trimestre anterior, com 6,4%. Ainda assim, essa estatística pontual representa o menor valor da série trimestral iniciada em 2012. Em relação ao mesmo trimestre de 2023, quando foi estimada em 7,4%, a taxa de desocupação apresentou redução de 1,2 ponto percentual (p.p.).

Na região Nordeste, a taxa de desocupação em 2024.T4 foi estimada em 8,6%, e também apresentou estabilidade em relação ao trimestre anterior, quando foi de 8,7%. Na comparação com o 2023.T4, quando foi de 10,4%, se observou um recuo de 1,8 p.p.. O Gráfico 1 apresenta trajetórias da taxa de desocupação na região Nordeste e no Brasil considerando os últimos três anos (2021.T4 – 2024.T4). O gráfico também apresenta as médias móveis (m.m.) para destacar as tendências recentes.

Gráfico 1: Taxa de desocupação (%) - Nordeste e Brasil (2021.T4 – 2024.T4)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste

Considerando as estatísticas ao nível estadual, Pernambuco e Bahia apresentaram as maiores taxas de desocupação, com 10,2% e 9,9%, respectivamente. Apresentaram não somente as duas maiores taxas de desocupação na região Nordeste, mas também em relação a todas as unidades da Federação. Por sua vez, a menor taxa de desocupação no Nordeste em 2024.T4 foi a do Ceará, calculada

em 6,5%. A Tabela 1 apresenta informações detalhadas de nove estados do Nordeste para trimestres selecionados, para se verificar as variações trimestrais e anuais.

Tabela 1: Taxa de desocupação (%) e variação (p.p) em trimestres selecionados — Nordeste.

UF	2023.T4	2024.T3	2024.T4	Var. anual	Var. trim
AL	8,9	7,7	8,1	▼0,8	▲0,4
BA	12,7	9,7	9,9	▼2,7	▲0,2
CE	8,7	6,7	6,5	▼2,2	▼0,2
MA	7,2	7,6	6,8	▼0,3	▼0,7
PB	9,6	7,8	8,4	▼1,2	▲0,6
PE	11,9	10,5	10,2	▼1,7	▼0,3
PI	10,7	8,0	7,5	▼3,2	▼0,5
RN	8,3	8,8	8,6	▲0,3	▼0,3
SE	11,2	8,4	8,4	▼2,8	▲0,1
NE	**10,4**	**8,7**	**8,6**	**▼1,8**	**0,0**
BR	**7,4**	**6,4**	**6,2**	**▼1,2**	**▼0,2**

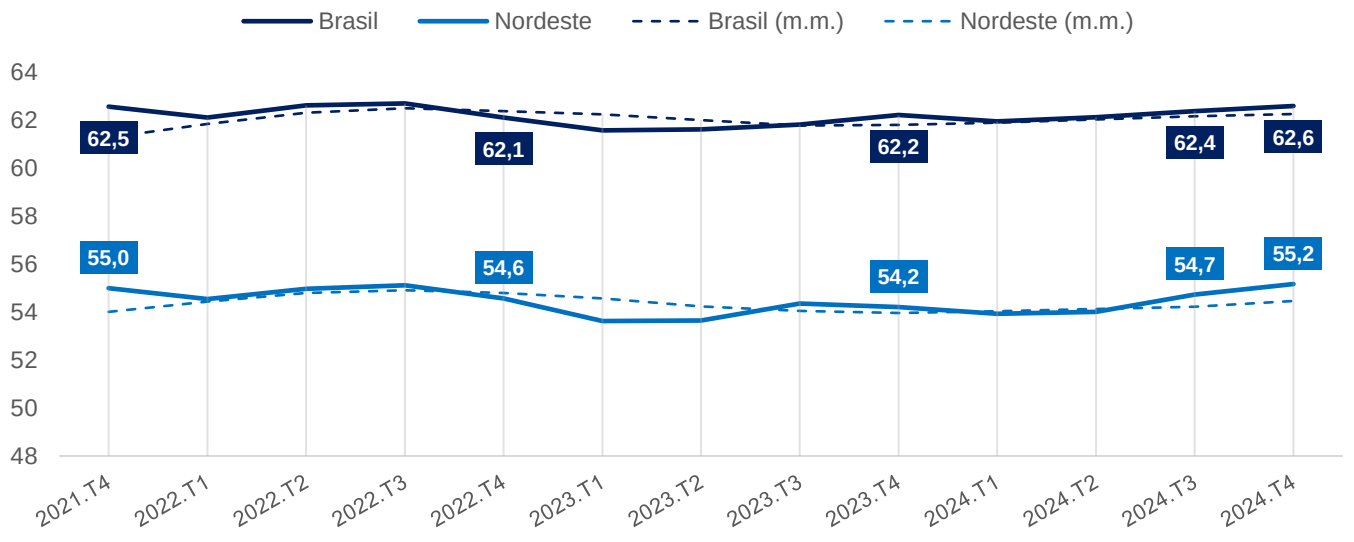
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Entre os estados nordestinos, as maiores reduções no indicador de desemprego ao longo de 2024 foram calculadas para os estados do Piauí (-3,2 p.p.), Sergipe (-2,8 p.p.) e Bahia (-2,7 p.p.). Estes estados, incluindo o Ceará (-2,2 p.p.), estão entre as cinco maiores reduções da taxa de desocupação no país em 2024, só não superando o estado do Amapá (-5,5 p.p.), pertencente à região Norte.

Com base na PNAD Contínua, um olhar mais atento sobre os movimentos do mercado de trabalho nordestino mostra que, em termos absolutos, a população desocupada apresentou um pequeno crescimento, de 2,223 milhões para 2,230 milhões. Esse aumento não se traduziu em alta na taxa de desocupação em razão de um crescimento, em maior proporção, da força de trabalho em aproximadamente 221 mil pessoas, de 25,634 milhões para 25,855 milhões.

No Nordeste, a taxa de participação, que caracteriza a proporção de pessoas na força de trabalho em relação ao número de pessoas em idade para trabalhar (acima de 14 anos no Brasil), aumentou 1 p.p. entre 2023.T4 e 2024.T4, de 54,2% para 55,2%. Com isso, esse indicador se aproxima do nível pré-pandemia (estimada em 56% em 2019.T4), mas ainda longe de valores registrados entre 2014 e 2015, quando era próxima de 58%.

Gráfico 2: Taxa de participação (%) - Nordeste e Brasil (2021.T4 – 2024.T4)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste

Entre os estados, as maiores taxas de participação foram registradas na Bahia (58,7%), em Sergipe (58,4%) e Pernambuco (56,3%). Por sua vez, as menores foram nos estados do Maranhão (51,2%) e do Ceará (51,8%). A Tabela 2 apresenta as taxas de participação para o Nordeste, o Brasil e estados nordestinos em 2024.T4, 2024.T3 e 2023.T4, bem como variações trimestrais e anuais.

Tabela 2: Taxa de participação (%) e variação (p.p) em trimestres selecionados — Nordeste.

UF	2023.T4	2024.T3	2024.T4	Var. anual	Var. trim
AL	52,0	51,9	53,1	▲1,1	▲1,2
BA	57,5	57,1	58,7	▲1,2	▲1,7
CE	53,5	52,5	51,8	▼1,7	▼0,7
MA	51,1	52,2	51,2	▲0,1	▼1
PB	53,3	55,3	55,1	▲1,8	▼0,1
PE	54,0	55,2	56,3	▲2,3	▲1,1
PI	52,2	54,7	54,8	▲2,7	▲0,1
RN	51,8	53,8	53,6	▲1,7	▼0,3
SE	57,2	58,5	58,4	▲1,2	▼0,1
NE	**54,2**	**54,7**	**55,2**	**▲1,0**	**▲0,4**
BR	**62,2**	**62,4**	**62,6**	**▲0,4**	**▲0,2**

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

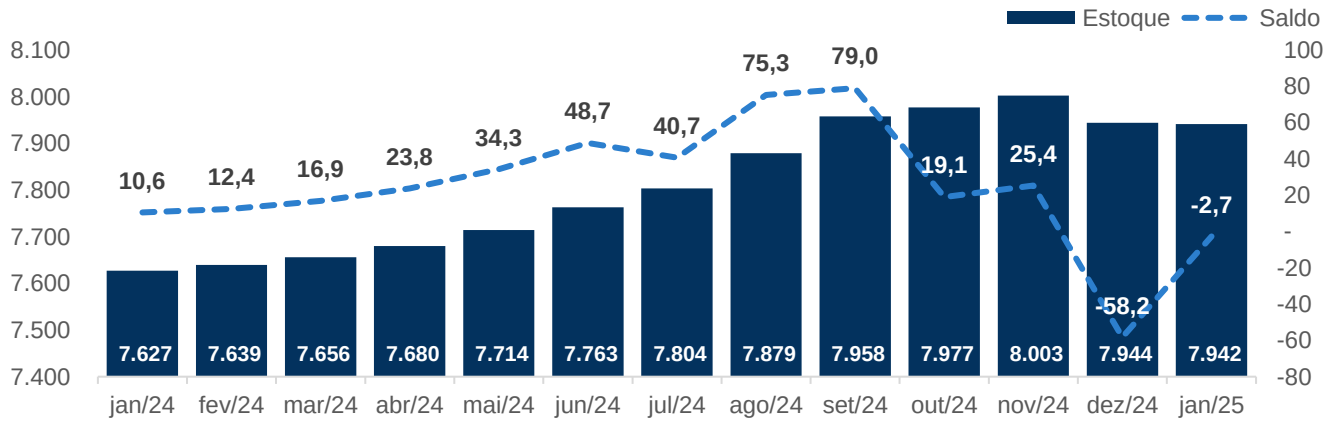
Em termos de variações positivas no último trimestre, destacam-se os estados de Pernambuco (+ 1,1 p.p.), Alagoas (+1,2 p.p.) e Bahia (+1,7 p.p.). Por sua vez, as maiores variações negativas foram registradas no Maranhão (-1,7%) e no Ceará (-0,7%). O caso do Ceará chama atenção, pois, apesar de apresentar a menor taxa de desocupação do Nordeste (6,5%), também registrou a menor taxa de participação (51,8%) e foi o único estado da região a apresentar recuo nesse indicador ao longo de 2024.

Isso pode indicar que uma parcela da população em idade ativa deixou de buscar ocupação, o que pode influenciar a interpretação dos números do mercado de trabalho no estado.

De maneira geral, os indicadores de ocupação e participação mostraram um bom cenário para o mercado de trabalho nordestino, com queda na taxa de desocupação e aumento da taxa de participação na maioria dos estados. De forma específica, os indicadores do 4º trimestre revelam uma relativa estabilidade, o que não é movimento esperado para um 4º trimestre, e sugerem que o ritmo de recuperação perdeu força. Diferentes projeções indicam um menor dinamismo econômico em 2025 e isso gera alguma apreensão a respeito do mercado de trabalho, que provavelmente deve apresentar taxas de desocupação mais elevadas do que as observadas no último ano.

Conforme dados do CAGED, o saldo de empregos em janeiro de 2025 apresentou redução de 2.671 postos de trabalho, resultado de aproximadamente 299 mil admissões e 302 mil desligamentos. O estoque de empregos manteve-se em torno de 7,9 milhões. Entre os setores, os serviços lideraram a geração de empregos em janeiro de 2025, com saldo positivo de 7.013 postos, seguidos pela construção civil, que registrou 3.988 novos postos de trabalho. Em contrapartida, o comércio apresentou a maior retração, com perda de 10.531 vagas, seguido pela agropecuária (-2.175) e indústria (-966).

Gráfico 3: Evolução do Emprego no Nordeste
(Em milhares)



Fonte: CAGED. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Em comparação com janeiro de 2024, o saldo de empregos no Nordeste passou de alta de 10.568 postos para redução de 2.671 em janeiro de 2025. Entre os estados, somente Bahia (+6.932) e Maranhão (+1.019) registraram saldo positivo, enquanto os demais apresentaram retração, com destaque para Pernambuco (-5.230) e Ceará (-1.225).

Tabela 2: Saldo de Empregos no Nordeste — janeiro/2025

UF	Janeiro/2024	Janeiro/2025	Situação (em relação a Janeiro/2024)
AL	927	- 940	▼
BA	3.712	6.932	▲
CE	1.436	- 1.225	▼
MA	- 747	1.019	▲
PB	376	- 720	▼
PE	1.941	- 5.230	▼
PI	573	- 966	▼
RN	1.279	- 628	▼
SE	1.071	- 9133	▼
NE	**10.568**	**- 2.671**	▼
BR	**173.233**	**137.303**	▼

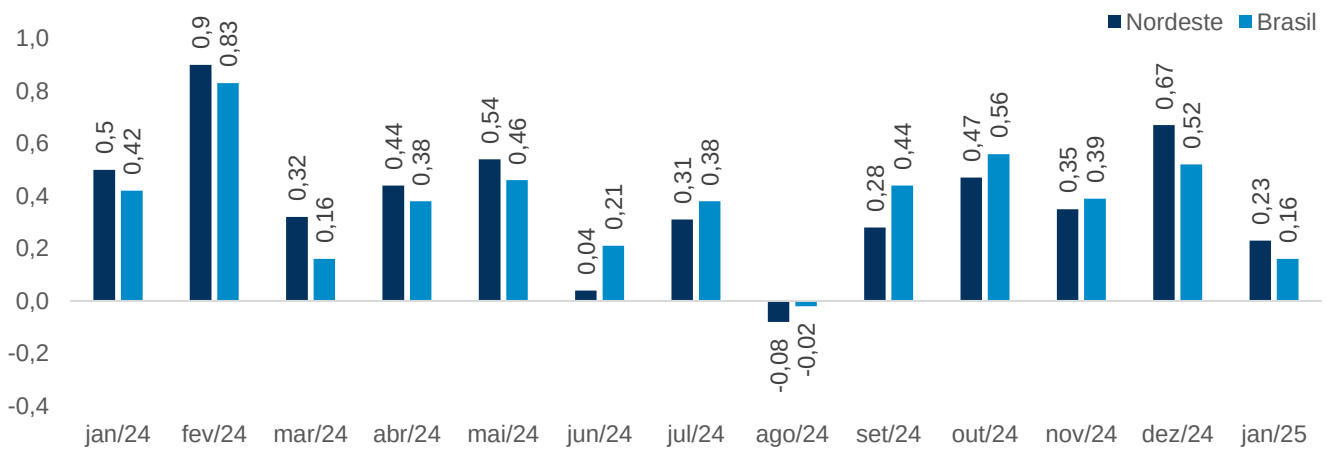
Fonte: CAGED. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Inflação

Os preços da alimentação seguem pressionados nas capitais nordestinas.

A inflação medida pelo IPCA na região Nordeste iniciou o ano com uma variação positiva de 0,23%, enquanto no Brasil, o aumento dos preços foi de 0,16%. Ambos os índices ficaram abaixo dos registrados em janeiro/2024. Outro ponto, é que houve uma desaceleração da alta de preços em relação a dezembro/2024, tanto no âmbito regional como no nacional.

Gráfico 1: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - jan/2025
Variação Mensal (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste

Tabela 1: Inflação (IPCA) – janeiro/2025

UF	Var. Mensal	Var. Acum. 12 meses
Fortaleza (CE)*	▲0,11	▲4,32
Recife (PE)*	▲0,12	▲3,83
Salvador (BA)*	▲0,38	▲4,93
São Luís (MA)	▼0,08	▲5,31
Aracaju (SE)	▲0,59	▲4,67
BR	**▲0,16**	**▲4,56**

Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. *Região Metropolitana.

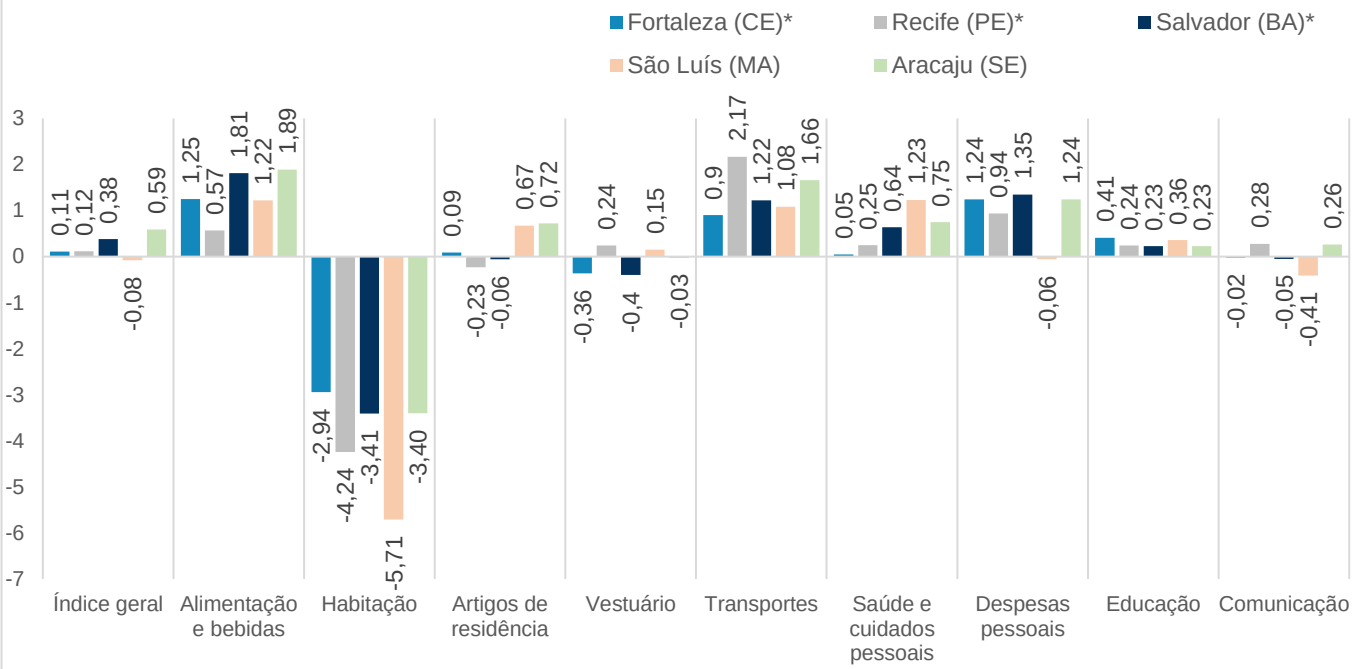
Em relação aos estados nordestinos pesquisados, Aracaju foi o que teve maior variação em janeiro/2025, muito influenciado pelo aumento dos preços dos grupos alimentação e bebidas (+1,89%) e transportes (+1,66%). Já São Luís apresentou deflação, com queda expressiva no grupo habitação (-5,71%) e queda nos preços de 0,41% no grupo comunicação. Todavia no acumulado dos últimos 12 meses, é a capital de maior inflação da região. A capital baiana também apresentou um IPCA elevado em janeiro/2025, na casa de 0,38%, com aumentos de preços na grande maioria dos grupos analisados.

O grupo Alimentação e Bebidas segue apresentando alta generalizada em todas as capitais, com preços subindo mais de 1,0%, com exceção de Recife (+0,57%). Um subitem desse grupo que gera preocupação é a Alimentação no Domicílio, que também aumentou em todas as capitais e que em Salvador teve o maior aumento, de 2,13%.

O grupo Transporte também mostrou aumento generalizado entre as capitais, com Recife destacando-se com alta expressiva de 2,17%, enquanto Fortaleza teve a menor variação, de 0,9%. Os grupos Saúde e Despesas Pessoais também evidenciaram crescimento nos preços de forma geral, impactando positivamente o índice.

O grupo Habitação manteve o padrão de queda já observado nos meses anteriores, consolidando-se como o principal responsável pelo impacto negativo no índice. A redução foi expressiva em todo o Nordeste, impulsionada pela forte queda nos preços da energia elétrica, resultado da incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas emitidas em janeiro.

Gráfico 2: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - jan/2025
Variação Mensal (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. *Região Metropolitana.

A principal preocupação é a possibilidade de continuidade dos aumentos nos preços da alimentação, impactando significativamente o custo de vida da população, especialmente em regiões de menor renda, como o Nordeste. Além disso, a pressão nos outros grupos que compõem o índice, com destaque para o setor de transportes, torna o cenário ainda mais desafiador.

Comércio Exterior

A Balança Comercial da Indústria de transformação do Nordeste recua 11% em relação a janeiro/2024

A balança comercial do Nordeste em janeiro/2025 manteve a tendência deficitária, influenciada pela queda das exportações e pelo avanço das importações. O total exportado pela região foi de US$ 1,5 bilhão, registrando recuo de 21,3% em relação a janeiro/2024, enquanto as importações cresceram 24,4%, totalizando US$ 2,5 bilhões.

Apesar da queda expressiva das exportações agropecuárias (-38,6%) na comparação com igual período, alguns estados apresentaram desempenho positivo. Alagoas registrou crescimento de 155,0%, seguido pelo Rio Grande do Norte (+55,3%) e Ceará (+11,7%). No lado das importações, o aumento de 89,6% foi impulsionado pela Bahia (+155,6%), Piauí (+151,7%) e Pernambuco (+94,5%).

Na indústria de transformação, as exportações recuaram 11,0%, refletindo principalmente a queda da Bahia (-31,8%), estado líder nas exportações da região. Esse desempenho negativo, no entanto, foi parcialmente compensado pelo avanço das vendas externas do Maranhão (+34,0%) e de Sergipe (+107,9%). As importações do setor cresceram 20,6%, impulsionadas pela Bahia (+22,6%), Maranhão (+9,3%), Pernambuco (23,1%) e Ceará (+14,6%).

No setor extrativista, as exportações registraram queda de 44,0% na comparação interanual, influenciadas principalmente pelos recuos do Maranhão (-42,8%) e de Alagoas (-56,5%), além do crescimento modesto da Bahia (+1,9%). Já as importações do setor cresceram 26,2%, impulsionadas pelos demais estados, apesar da retração observada no Ceará (-45,3%) e em Pernambuco (-8,8%).

Tabela 1: Balança Comercial por Setor no Nordeste – janeiro/2025 (Em milhões)

Setor	Exportações (US$ FOB)	Importações (US$ FOB)	Saldo (US$ FOB)
Agropecuária	317,57	175,15	▲142
Indústria de Transformação	1.108,67	2.104,72	▼996
Indústria Extrativa	89,66	304,79	▼215
Outros Produtos	3,29	1,77	▲2
Total	**1.519,19**	**2.586,43**	**▼1067**

Fonte: COMEXSTAT-MDIC. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Observando o desempenho das exportações estaduais, Alagoas apresentou leve retração de 3,6%, enquanto Bahia (-33,8%), Ceará (-7,6%), Rio Grande do Norte (-8,2%), Pernambuco (-8,5%), Piauí (-65,8%) e Sergipe (-54,8%) também registraram quedas. Por outro lado, Maranhão (+8,4%), e Paraíba (+5,4%) tiveram variações positivas.

As importações da região cresceram 24,4%, com destaque para os expressivos aumentos no Piauí (+644,3%), Paraíba (+263,6%) e Sergipe (+208,8%). Apesar dessas variações elevadas, Bahia (+25,7%) e Pernambuco (+24,3%) tiveram impacto mais significativo no valor total importado, dada a maior representatividade desses estados no comércio exterior da região. Outros estados também registraram alta, como Maranhão (+7,9%) e Ceará (+5,1%), enquanto o Rio Grande do Norte foi o único a apresentar queda (-19,6%).

Tabela 2: Balança Comercial dos Estados – janeiro/2025 (Em milhões).

UF	Exportação (US$ FOB)	Importação (US$ FOB)	Saldo (US$ FOB)
AL	101,88	84,83	▲17
BA	660,16	877,27	▼217
CE	102,46	278,41	▼176
MA	358,13	351,33	▲7
PB	22,03	111,78	▼90
PE	145,23	754,76	▼610
PI	22,05	34,71	▼13
RN	84,57	46,72	▲38
SE	22,66	46,62	▼24
NE	**1.519,19**	**2.586,43**	**▼1067**

Fonte: COMEXSTAT-MDIC. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Entre os principais produtos exportados em janeiro pelo Nordeste, a alumina (US$ 192,4 milhões) lidera, representando 12,7% do total, seguida por celulose (10,9%), açúcares e melaços (10,0%), algodão em bruto (9,1%) e óleos combustíveis (6,4%). Juntos, esses produtos somaram 49,0% das vendas externas. Os óleos combustíveis (US$ 707,6 milhões) foram o principal item importado no mês, representando 31,3% do total, seguidos por óleos brutos de petróleo (10,8%), adubos e fertilizantes químicos (6,7%), cacau em bruto ou torrado (4,2%) e partes e acessórios de veículos automotivos (3,1%), totalizando 56,1% das compras externas.

Os Estados Unidos foram o principal destino das exportações da região em janeiro de 2025, com US$ 243,0 milhões (16,0% do total), seguidos por Canadá (12,9%), China (9,0%), Argentina (7,7%) e Países Baixos (5,3%). Esses países representaram 50,9% das exportações, enquanto os demais destinos responderam por 49,1%. No âmbito das importações, os Estados Unidos também lideraram como principal fornecedor, com US$ 568,7 milhões (22,0%), seguidos por China (17,2%), Rússia (8,4%), Argentina (5,5%) e Índia (3,9%), representando conjuntamente 57,0% do total importado, enquanto os demais parceiros corresponderam a 43,0%.

Finanças Públicas

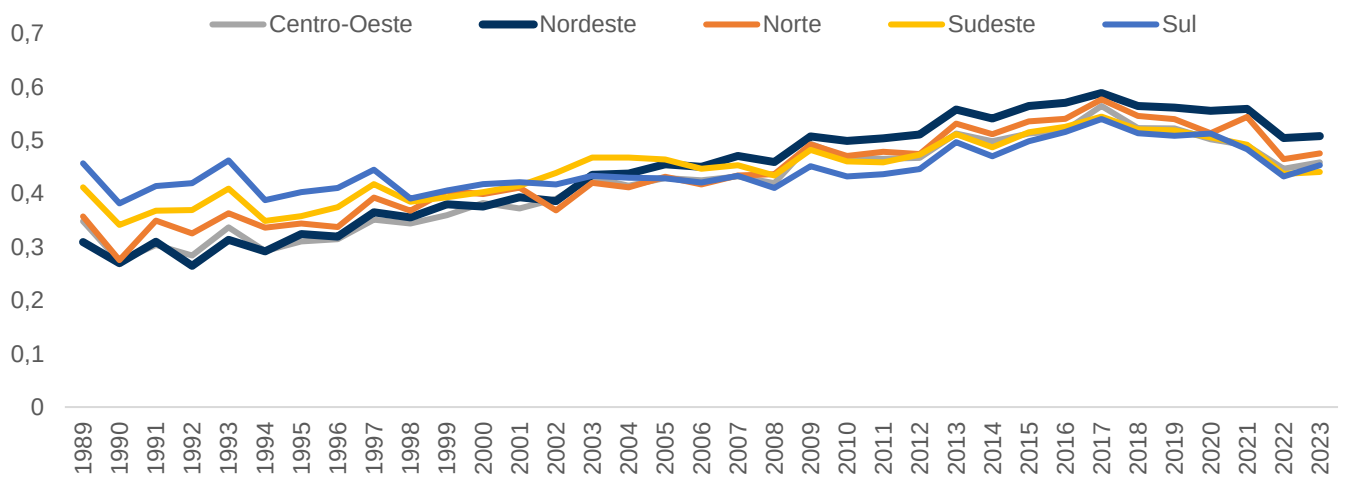
Evolução histórica do gasto com pessoal nos Municípios do Nordeste

Estudos recentes associam a alta rigidez orçamentária do Brasil ao uso excessivo de receitas vinculadas e ao elevado volume de gastos obrigatórios. No âmbito municipal, essa rigidez é amplificada pelas despesas com pessoal, que incluem os gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, abrangendo salários, benefícios, gratificações, encargos sociais e contribuições previdenciárias. Devido à natureza contínua desses compromissos e à dificuldade de redução dessas despesas no curto prazo, os municípios enfrentam desafios para ajustar suas finanças diante de mudanças econômicas e fiscais.

O gráfico abaixo apresenta a série histórica (1989-2023) do percentual médio das despesas com pessoal dos municípios em relação à receita corrente, agrupados por região, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Observa-se, em um primeiro momento, um aumento gradual na participação das despesas com pessoal no orçamento municipal em todas as regiões, especialmente a partir do início dos anos 2000, atingindo um pico em 2017, e com leve redução desse percentual nos anos pós-pandemia.

Ao observar cada região isoladamente, percebe-se que o Nordeste apresenta uma dinâmica particular, com padrões distintos de comprometimento dos gastos com pessoal ao longo das últimas décadas. Especificamente, verifica-se que, até o início dos anos 2000, os municípios nordestinos apresentavam um percentual inferior de gastos com pessoal em comparação com as demais regiões do país. Contudo, a partir de 2007, essa tendência se inverte, e os municípios do Nordeste passam a registrar os maiores percentuais entre as regiões brasileiras, contribuindo para a alta rigidez fiscal da região.

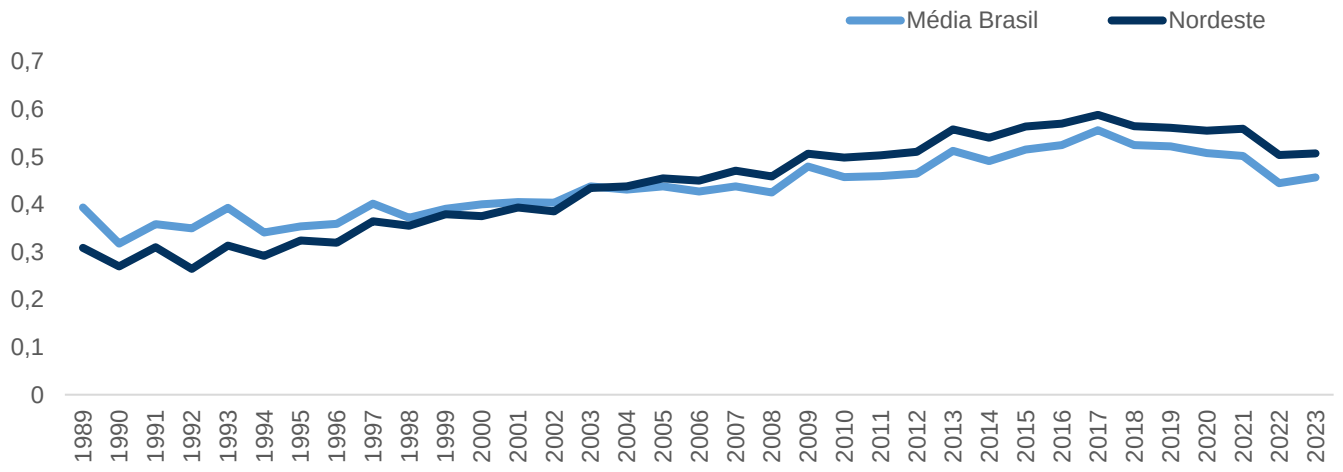
Gráfico 1: Gasto por pessoal sobre receita corrente por regiões entre 1989 e 2023



Fonte: STN. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Para ficar mais evidente, o gráfico 2 compara a média do gasto com pessoal sobre a receita corrente do Nordeste e a média do Brasil. O mesmo efeito observado no gráfico 1 é também observado no gráfico 2, ou seja, por volta da década de 2000, a região Nordeste ultrapassou a média nacional em termos de gastos com pessoal sobre a receita corrente.

Gráfico 2: Gasto por pessoal sobre receita corrente na região Nordestes e a média nacional entre 1989 e 2023



Fonte: STN. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Diante dessas evidências, quais fatores explicam a mudança na participação dos gastos com pessoal nos municípios nordestinos? Não há respostas consensuais sobre esse assunto, mas sim algumas hipóteses.

É importante ressaltar que historicamente os municípios do Nordeste brasileiro têm uma baixa capacidade de arrecadação, que, somada ao baixo dinamismo econômico da região e a elevada informalidade, faz com que a região tenha forte dependência de transferências governamentais.

Desse modo, no período de 1989 até o início dos anos 2000, o menor percentual de despesas com pessoal dos municípios nordestinos em relação às demais regiões podem ser atribuído à dependência das transferências intergovernamentais, que, até então, eram relativamente restritas. Isso limitava os gastos com funcionalismo e, consequentemente, mantinha a rigidez fiscal em níveis mais contidos na região.

Diversas modificações ocorreram na forma de financiar os municípios entre 2000 e 2010. Primeiro, em 2002, foi introduzida a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que demarcou limites máximos para o gasto com pessoal de todos os entes governamentais.

A partir de 2007, houve expansão das transferências federais, impulsionada pelo aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)[1], pela substituição do FUNDEF pelo FUNDEB e pelos programas de inclusão social, permitindo maior expansão da contratação de servidores e reajustes salariais nos municípios nordestinos. Houve, então, um fortalecimento desses municípios na execução de políticas públicas, aumentando suas estruturas administrativas, ao mesmo tempo em que se consolidou um quadro de despesas rígidas, dada a natureza contínua dos compromissos com a folha de pagamento.

Outro fator determinante na mudança na participação dos gastos com pessoal nos municípios do Nordeste é a sua estrutura política regional, na qual o setor público historicamente desempenha um papel fundamental na manutenção do poder por grupos políticos locais. Assim, o aumento dos gastos com pessoal pode ser atribuído a práticas clientelistas, nas quais o emprego público se torna um instrumento de influência eleitoral e fortalecimento de dinastias políticas. Esse enrijecimento fiscal, portanto, pode refletir não somente uma necessidade administrativa, mas também um mecanismo estratégico para garantir apoio político e preservar estruturas de poder ao nível municipal.

Por fim, a mudança na participação dos gastos com pessoal dos municípios nordestinos na década de 2000 também pode ser interpretada à luz do modelo de Dani Rodrik (2000) sobre o papel do Estado na proteção contra choques econômicos. Segundo essa abordagem, quanto maior a exposição de uma economia a choques externos não diversificáveis, maior tende a ser o emprego público como mecanismo de estabilização.

O Nordeste historicamente apresenta maior vulnerabilidade econômica devido à sua dependência de setores produtivos sensíveis a oscilações externas, como a agricultura e a indústria de baixa complexidade, além de possuir menor diversificação econômica e ser vulnerável a choques climáticos extremos, como nas secas.

Em resumo, a evolução da rigidez orçamentária nos municípios do Nordeste não pode ser atribuída exclusivamente a fatores estruturais, mas também a conjunturas econômicas, normativas e políticas que influenciaram a gestão fiscal municipal ao longo das últimas décadas. O aumento das transferências federais, as mudanças nas regras fiscais e a ampliação da máquina pública como resposta a demandas sociais e estratégias políticas contribuíram para esse processo, consolidando um padrão de comprometimento orçamentário que persiste no tempo.

[1] Criado em 1966, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é composto por um percentual da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Inicialmente, 10% da receita desses tributos era destinada ao fundo. Ao longo dos anos, o percentual sofreu alterações, ora sendo reduzido, ora ampliado. Em 1993, o repasse foi fixado em 22,5%, permanecendo inalterado por 14 anos. Em 2007, os municípios conquistaram o primeiro de três acréscimos de 1%, ampliando gradualmente a participação do FPM na distribuição de recursos federais (CNM, 2023).

NORDESTE EM FOCO

Consolidação do MATOPIBA na Produção de Soja e o Potencial de Expansão da Fronteira Agrícola no Nordeste

Vitor Hugo Miro
Professor da Universidade Federal do Ceará
Pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV IBRE

Rafael Vítor Matos Marques
Discente do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará

A produção de soja no Brasil tem experimentado um crescimento significativo nas últimas décadas, consolidando o país como um dos maiores produtores e exportadores mundiais dessa commodity. Desde 2019, o Brasil ocupa a posição de maior produtor mundial de soja, anteriormente

dominada pelos Estados Unidos (USDA, 2024). Nos últimos 20 anos, a área plantada de soja no Brasil aumentou em quase 25 milhões de hectares, representando um crescimento de 116% em relação à safra 2003/2004. No mesmo período, a produção avançou 158%, passando de 50 milhões de toneladas para 148 milhões na safra 2023/2024 (CONAB, 2024).

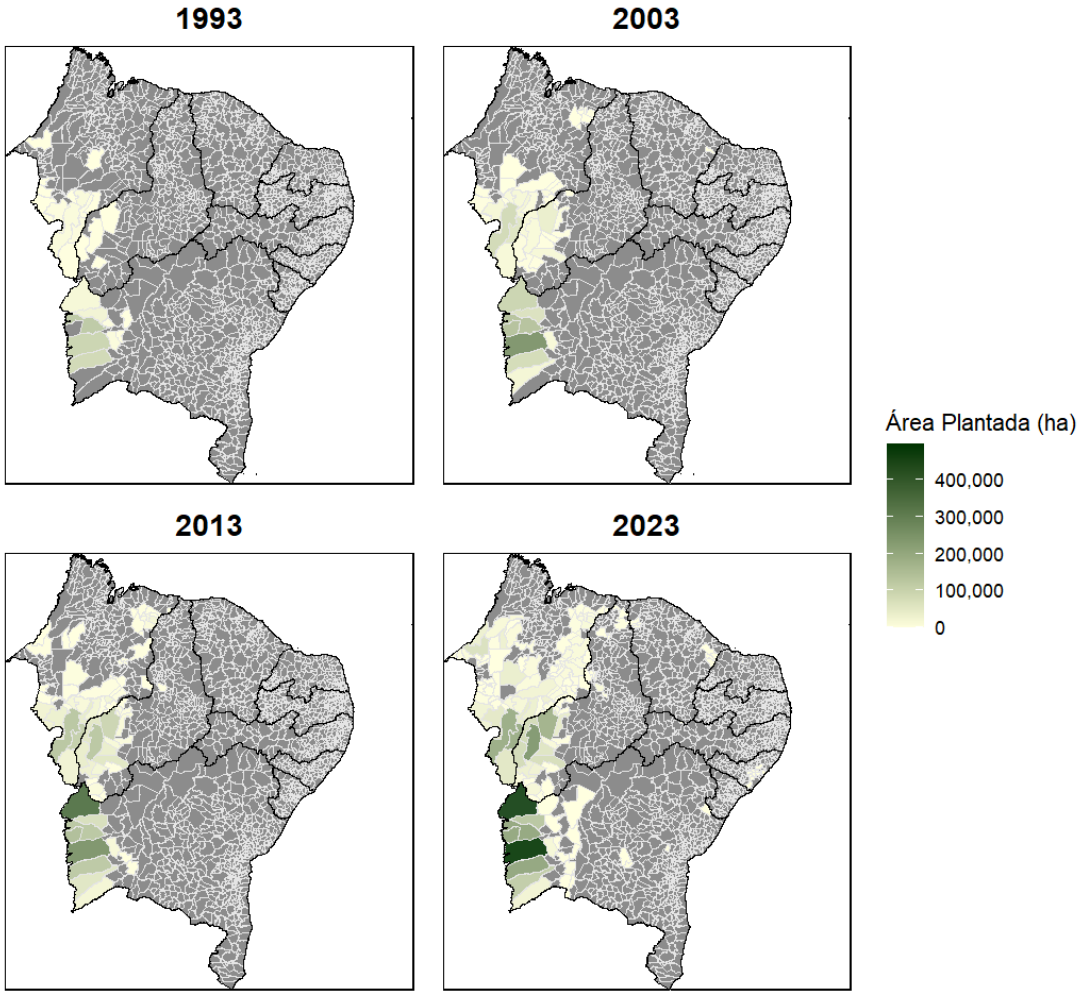
Esse avanço resulta tanto da expansão da fronteira agrícola, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, quanto da adoção de novas tecnologias. Entre essas inovações estão o desenvolvimento de cultivares adaptadas a diferentes condições climáticas, o uso de biotecnologia e a implementação de práticas modernas de manejo agrícola. Esses fatores foram determinantes para o aumento da produtividade e a incorporação de novas áreas anteriormente consideradas pouco propícias. Em 2003/2004, a produtividade média era de 2,33 toneladas por hectare, enquanto na safra 2023/2024 essa média atingiu 3,20 toneladas por hectare, um incremento de 37,4%, equivalente a quase 900 kg/ha (CONAB, 2024).

Com base nos dados consolidados da safra 2023/2024, as principais áreas produtoras de soja no Brasil concentram-se nas regiões Centro-Oeste (46,1% da produção) e Sul (27,7% da produção). Entre os estados, Mato Grosso destaca-se como o maior produtor nacional, responsável por 26,6% da produção total, equivalendo a quase 40 milhões de toneladas. Paraná e Rio Grande do Sul também são grandes produtores, respondendo, cada um, por cerca de 13% da produção nacional (CONAB, 2024).

Além dessas regiões tradicionais, observa-se uma expansão significativa da sojicultura no Nordeste e no Norte do país, com destaque para a região do Matopiba. Esta região, composta por 337 municípios localizados nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins, vem se consolidando como uma nova fronteira agrícola.

Os mapas apresentados na Figura 1, elaborados com base na pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ilustram claramente a evolução da área cultivada com soja na região Nordeste nos últimos 30 anos. A análise espacial evidencia tanto a ampliação do número de municípios produtores quanto o aumento da intensidade do cultivo, especialmente no oeste baiano.

Figura 1: Expansão da área cultiva com Soja na região Nordeste (2003-2023).



Fonte: PAM/IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

A expansão da sojicultura no Matopiba se iniciou na década de 1980, impulsionada por fatores como alta radiação solar, relevo predominantemente plano e preços competitivos das terras. Nas últimas décadas, essa expansão foi reforçada pela adoção de tecnologias agrícolas de alta produtividade, com a atuação da Embrapa sendo fundamental para o desenvolvimento de cultivares adaptadas às condições edafoclimáticas (relativo ao solo e ao clima) locais. A introdução de cultivares resistentes a solos de menor fertilidade e a um regime de chuvas irregular, característico do Cerrado nordestino, possibilitou ganhos expressivos de produtividade.

Atualmente, o Matopiba concentra quase a totalidade da produção de soja do Nordeste, embora essa produção ainda seja bastante concentrada em poucos municípios. A Bahia responde por 45% da área cultivada e 47,5% da produção nordestina. Os dados da PAM (2023) mostram que a produção baiana esteve concentrada em 23 municípios, dos quais se destacam São Desidério, Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e Correntina. No Piauí, os municípios de Baixa Grande do Ribeiro e

Uruçuí se apresentaram como os principais produtores; e os municípios de Tasso Fragoso e Balsas são os principais produtores no Maranhão.

Além da expansão de áreas de cultivo, é importante notar que a produção no Nordeste tem se destacado em razão da produtividade alcançada. A Tabela 1, apresentada a seguir, lista os 15 municípios com maior produtividade em 2023.

Tabela 1: Municípios com maiores produtividades de soja no Nordeste em 2023

Município	Produtividade (ton/ha)
Barra - BA	5,1
Luís Eduardo Magalhães - BA	4,41
Santana - BA	4,41
Carinhanha - BA	4,248
Cotegipe - BA	4,22
Limoeiro do Norte - CE	4,192
Tabuleiro do Norte - CE	4,187
Barreiras - BA	4,136
São Gonçalo do Piauí - PI	4,117
Lago da Pedra - MA	4,1
São Desidério - BA	4,1
Formosa do Rio Preto - BA	4,017
Cedro - PE	4
Riachão das Neves - BA	3,994
Barreiras do Piauí - PI	3,956

Fonte: PAM/IBGE (2023). Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

O oeste da Bahia, que se beneficia de melhores condições de solo e clima, tornou-se um dos principais polos de produção de soja do Brasil, com elevados índices de produtividade. Entre os municípios de maior produtividade se destacam os de Barra, Luís Eduardo Magalhães, Santana, Carinhanha e Cotegipe. E, embora a Bahia seja o maior produtor de soja na região, é importante destacar a produtividade alcançada em municípios que não estão entre os maiores produtores na região do Matopiba. Este é o caso de dois municípios cearenses, Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte, e do município pernambucano de Cedro. A produção de soja nestes municípios ainda é relativamente recente, se beneficiando da viabilidade de perímetros irrigados e com o cultivo do grão ocorrendo na entressafra de outras culturas como milho e algodão.

Apesar da existência de agrupamentos com produtividade elevada, de modo geral os produtores nordestinos apresentam produtividade média baixa em comparação a outras regiões do Brasil. Embora questões climáticas tenham representado um entrave em todas as regiões produtoras do país, a produção

realizada na região Nordeste merece maior atenção em razão de maiores instabilidades climáticas, principalmente em relação ao déficit hídrico da região.

Outro desafio dessa expansão agrícola está relacionado às questões ambientais. A conversão de áreas de vegetação nativa em lavouras tem intensificado preocupações com o desmatamento do Cerrado, a degradação do solo e a pressão sobre os recursos hídricos. Incentivos para a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto e o uso de sistemas integrados de produção, serão fundamentais para equilibrar crescimento produtivo e preservação ambiental.

Existem previsões otimistas para o crescimento da produção de soja na região do Matopiba. Estudos do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) indicam que, até o período agrícola de 2032/33, a produção de grãos no Matopiba deve alcançar o patamar de 48 milhões de toneladas, em uma área superior a 11 milhões de hectares (MAPA, 2023). Para a região Nordeste, essa expansão é importante e possui potencial para dinamizar áreas com pouca inserção econômica no cenário nacional, e até mesmo regional.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Projeções do Agronegócio: Brasil 2023/24 a 2032/33: projeções de longo prazo. Brasília, DF: MAPA, 2023. Disponível em: <link do relatório, se houver>. Acesso em: 24 fev. 2025.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Série histórica das safras: soja. Brasília, DF: Conab, 2024. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras/itemlist/category/911-soja. Acesso em: 21 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados. Acesso em: 21 fev. 2025.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Commodity Production Data. Washington, D.C.: Foreign Agricultural Service, 2024. Disponível em: https://www.fas.usda.gov/data/production/commodity/2222000. Acesso em: 21 fev. 2025.

Conheça o Centro de Estudos para desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE

Criado para fortalecer o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, o mais novo centro do FGV IBRE elabora estudos, análises e propostas estratégicas voltadas para a região. Com sede em Fortaleza, atua em parceria com empresas, governos, universidades e organizações para transformar conhecimento em soluções que impulsionem o bem-estar da população nordestina.

Acompanhe nossos estudos em:
www.portalibre.fgv.br/nordeste

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque Vogais: Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherne Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador

Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)
Suplentes: Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata,Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kasznar, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano,Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Instituto Brasileiro de Economia

Diretor: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Vice-diretor: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estatísticas Públicas:
Aloisio Campelo Junior

Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais:
Túlio Barbosa

Superintendência de Pesquisa, Dados e Operação:
André Lavinas

Superintendência de Gestão Estratégica e Organizacional:
Joana Braconi

Coordenação do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste

Flávio Ataliba Barreto

Coordenação Geral e Técnica do Boletim Macro Regional

Isadora Gonçalves Costa Osterno

Equipe Permanente

João Mário Santos de França

Rafael Barros Barbosa

Vitor Hugo Miro

Assistente de Pesquisa

Thiago de Araújo Freitas

Revisão Editorial

Fernando Dantas

Editoria de Arte

Vanessa Grisolia

Advertência:
As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Este Boletim foi elaborado com base em estudos internos e utilizando dados e análises produzidos pelo IBRE e outros de conhecimento público com informações atualizadas até 28 de fevereiro de 2025. O Boletim é direcionado para clientes e investidores profissionais, não podendo o IBRE ser responsabilizado por qualquer perda direta ou indiretamente derivada do seu uso ou do seu conteúdo. Não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado por qualquer pessoa, para quaisquer fins.

Dúvidas, fale conosco pelo e-mail:

ibre@fgv.br

FGV IBRE

ACESSE O **FGV IBRE** NAS REDES SOCIAIS: